

Superior Tribunal de Justiça

PET no HABEAS CORPUS Nº 547.932 - MA (2019/0353623-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : REGINALDO NASCIMENTO SERRA
ADVOGADO : LUIS FELIPE ALMEIDA BARBOSA - MA010501
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração formulado por **Reginaldo Nascimento Serra** em razão de decisão monocrática, de minha lavra, na qual indeferi liminarmente o *writ* pela deficiência na instrução, conforme os termos da seguinte ementa (fl. 170):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE CÓPIA INTEGRAL DO ACÓRDÃO COMBATIDO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE.

Writ indeferido liminarmente.

O requerente alega, em síntese, que, no momento da impetração, apenas o acórdão havia sido publicado, oportunidade em que se juntou o inteiro teor do ato apontado como coator às fls. 177/187.

Sustenta que a ilegalidade é patente, visto que não há fundamentação idônea para a manutenção do ergástulo cautelar, pois, conforme recente julgado do Supremo Tribunal Federal nas ADCs n. 43, n. 44 e n. 54, a execução da pena só é possível com o trânsito em julgado.

Salienta que o presente *habeas corpus* trata da ausência de fundamentação da prisão determinada em razão da sentença proferida pelo Júri e da ausência de contemporaneidade.

Pede a reconsideração da decisão para que seja concedida a liminar e expedido o alvará de soltura. Após, requer o processamento do *writ* e a concessão da ordem em definitivo (fls. 173/176).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Embora não exista previsão legal acerca do cabimento de pedido de reconsideração, considerando a gravidade da matéria versada em sede de *habeas corpus*, por questão de economia processual e considerando que a impetração supre a questão formal da instrução deficiente, conheço do presente pedido de reconsideração e analiso o pedido liminar.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, entendo assistir razão à impetração, porquanto verifico caracterizados o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

O Juiz Presidente do Tribunal do Júri, ao proferir a sentença, determinou o recolhimento do ora requerente pelos seguintes fundamentos (fls. 33/34):

E, mais, em decorrência da decisão condenatória emanada pelo Conselho de Sentença, nego ao acusado o direito de apelar em liberdade, e em consequência, decreto a sua prisão preventiva, para fins imediato de cumprimento da pena, já que nos autos existem os indícios de autoria, assim como a prova da materialidade, levando-se em conta que, o delito narrado na denúncia é daqueles que prevê pena de reclusão, o que faço com fundamento nos artigos 311/313, incisos I, do Código de Processo Penal, até porque seria um despropósito legal, permitir que um crime executado com requinte de violência e perversidade, conceder ao Réu o direito de apelar em liberdade.

Nesse sentido tem se manifestado a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal.

Provocado na via do *habeas corpus*, o Tribunal local denegou a ordem aos seguintes fundamentos (fls. 181 e 183):

Inicialmente, diante das considerações tecidas na inicial da impetração, esclareço que o caso sob análise não versa sobre a prisão preventiva, mas sim, sobre a execução provisória da pena, institutos jurídicos que não se confundem.

Feita essa constatação, devo dizer, com a devida vênia à posição do nobre Relator do feito, que me alinho ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, que passou a admitir a execução provisória da pena nas condenações proferidas pelo Tribunal do Júri, tendo em vista que, em eventual recurso da defesa, a Corte Togada não poderá reapreciar fatos e provas, face a soberania dos veredictos no que se refere ao exame da matéria fático-probatória.

A propósito da *quaestio*, confira-se o atual posicionamento da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, firmado no julgamento do *habeas corpus* nº

Superior Tribunal de Justiça

118.770/SP, da lavra do ministro Luís Roberto Barroso, cuja ementa segue abaixo transcrita:

[...]

É de boa cepa ressaltar, ainda, que a possibilidade de execução provisória das condenações oriundas do Tribunal do Júri, não está submetida à confirmação em segunda instância. Disso resulta que não se aplica em tais casos o recente entendimento da Suprema Corte que não mais admite a possibilidade de execução provisória da pena após confirmação da condenação em segunda instância.

Diz a nossa jurisprudência que toda prisão imposta ou mantida antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, por ser medida de índole excepcional, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, isto é, em elementos vinculados à realidade, e não em meras suposições ou conjecturas.

Essa exigência de fundamentação das ordens de prisão passou a não contar com a exceção do esgotamento da instância ordinária, tendo em vista o julgamento de mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, pelo Supremo Tribunal Federal.

Nessa ocasião, o Pretório Excelso decidiu pela constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, dispositivo esse que admite a prisão em flagrante, ou por ordem escrita e fundamentada, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso do processo ou investigação, em virtude de prisão provisória ou temporária.

Por conseguinte, considerou-se inconstitucional e ilegal a execução provisória da pena pelo mero esgotamento da jurisdição ordinária. Em síntese, com o julgamento das mencionadas ações diretas, o Supremo retoma posição firmada no HC n. 84.078/MG, no qual assentou que toda prisão antes do trânsito em julgado tem natureza cautelar.

In casu, o juízo de piso se limitou a mencionar os dispositivos do Código de Processo Penal sobre o tema, sem maior explicitação das razões. Ao se pronunciar sobre o tema, o Tribunal local explicitou que havia sido determinado o início da execução em razão de sentença proferida pelo Júri.

Trata-se de hipótese prosrita da jurisprudência em decorrência do

Superior Tribunal de Justiça

entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o princípio da presunção da inocência.

Por uma ou por outra razão invocada, a determinação de prisão representa constrangimento ilegal passível de ser sanado com a medida de urgência.

Ante o exposto, reconsiderando a decisão de fls. 170/171, **defiro** a liminar pleiteada para permitir que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do *writ*, salvo se por outro motivo estiver preso, e ressalvada a possibilidade de haver decretação de prisão, caso se apresente motivo concreto para tanto.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de piso, especialmente, sobre o andamento da ação penal e seu eventual trânsito em julgado.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator